



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro de 2007, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas dos *SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA (SMAS)*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2011.
2. Não nos foi possível acompanhar durante o exercício de 2011 a atividade dos *SMAS*, tendo presente que a data da assinatura do contrato apenas ocorreu em 7 de março de 2012. Procedemos às verificações que considerámos convenientes nas circunstâncias. Para o efeito, recebemos dos *SMAS* todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Apreciámos o relatório de gestão e as contas e procedemos ao exame, nomeadamente, da execução orçamental e das demonstrações financeiras e seus anexos exigidos por lei com vista à emissão da certificação legal das contas e elaborámos o respetivo relatório de conclusões e recomendações de auditoria.

4. Parecer

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas dos *SMAS* referentes ao exercício de 2011, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este setor, incluindo o que se contém na certificação legal das contas e no respetivo relatório de conclusões e recomendações de auditoria.

5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer aos *SMAS* e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 18 de abril de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras dos *SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA (SMAS)*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 63.385.690 euros e um total de Fundos Próprios de 18.789.199 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 357.741 euros), a Demonstração de resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 20.378.269 euros de despesa paga e um total de 21.679.722 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do *Conselho de Administração* a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira dos *SMAS*, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 11 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng. Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo *Conselho de Administração*, utilizadas na sua preparação;
- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Pelo facto de estarmos a examinar pela primeira vez as demonstrações financeiras dos SMAS, não podemos garantir que os saldos de abertura e consequentemente os comparativos deste exercício estejam isentos de erros e de distorções materialmente relevantes.
8. Não nos foi possível validar os montantes das amortizações do exercício, incluindo-se os das amortizações acumuladas, uma vez que os SMAS aplicam exclusivamente as taxas de amortização fixadas no Decreto Regulamentar n.º 2/1990, de 12 de setembro, revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, em detrimento das



taxas fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprova o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aos bens adquiridos após a data de implementação do POCAL cujo limite legal era 1 de janeiro de 2002.

9. Relativamente à conta de Clientes, devido às limitações no registo e identificação dos saldos dos clientes na contabilidade e na plataforma do Sistema Comercial de Gestão de Água (UBS), verificámos a existência de divergências não justificadas, pelo que não nos é possível validar os referidos saldos, nem nos pronunciar sobre a sua cobrabilidade. Esta limitação implica também a impossibilidade de apurar o montante de clientes de cobrança duvidosa, à data de 31 de dezembro de 2011, e consequentemente de proceder à constituição da respetiva provisão.
10. Não se encontra atualmente refletido nas contas dos SMAS o efeito da aplicação da Lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro).
11. Até à data não obtivemos confirmação externa que nos permita validar a razoabilidade de passivos e responsabilidades decorrentes de riscos prováveis, nomeadamente, de processos judiciais em curso.
12. Apurámos diferenças positivas entre os mapas da aplicação informática de imobilizado e os registos contabilísticos, no que respeita às amortizações acumuladas de imobilizações corpóreas e imobilizações incorpóreas, nos montantes de 500.167 euros e 456.160 euros, respetivamente.
13. Os SMAS ainda não consideraram incobráveis as faturas emitidas nos exercícios de 1999, 2000 e 2001 à Câmara Municipal de Leiria, no montante total de 293.898 euros, a título de consumo de água, tarifa de disponibilidade e tratamento de esgotos.
14. Solicitámos aos SMAS que circularizassem Clientes, Fornecedores e Outros devedores e credores. Decorrente dos testes efetuados às reconciliações dos saldos destas contas, verificámos a existência de uma divergência resultante de faturas não contabilizadas pela SIMLIS, S.A., no montante total 594.467 euros, e de uma fatura não contabilizada pelos SMAS, no montante de 625.453 euros.



15. Na rubrica de Proveitos e ganhos extraordinários, a conta Transferências de capital inclui 1.049.707 euros, dos quais apenas 101.414 euros deveriam ter sido imputados aos Resultados do exercício e os restantes 948.293 euros registados na conta de Resultados transitados.

OPINIÃO

16. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 11 acima e exceto quanto aos efeitos das situações mencionadas nos parágrafos 12 a 15 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos SMAS, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

17. É também nossa opinião que a informação financeira constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de abril de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359